

DIREITO DO URBANISMO

Ano Letivo 2020/2021

Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Prof. Doutor RICARDO BRANCO

Turma TAN

PROGRAMA

I. Noções

1. Direito do Urbanismo
2. O Direito do Urbanismo como especialidade do Direito do Ordenamento do Território e como Direito Administrativo Especial
3. O Direito do Urbanismo e as políticas públicas de urbanismo
4. Da gestão territorial à gestão urbanística

II. A planificação

0. O sistema de gestão territorial
 - 0.1. Fontes de regulação
 - 0.2. Tipicidade
 - 0.3. Os estratos competenciais
 - 0.4. Diferenciação entre planos e programas
 - 0.5. O regime do uso do solo: classificação e qualificação
1. O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
2. Os programas setoriais
3. Os programas especiais do ordenamento do território
4. Os programas regionais do ordenamento do território
5. Os programas intermunicipais de ordenamento do território
6. Planos municipais de ordenamento do território
7. Planos intermunicipais de ordenamento do território
8. Relação entre instrumentos de gestão territorial
 - 8.1. Normas de conflitos entre planos
 - 8.2. As normas de conflito entre planos e programas
9. A dinâmica dos instrumentos de gestão territorial: as alterações e a revisão
10. Perequação de benefícios e encargos decorrentes dos planos

11. Indemnização por expropriação do plano

III. Gestão urbanística

0. Noção e tipos de gestão urbanística

1. Gestão urbanística através da execução programada de planos

1.1. Razão de ordem

1.2. Os planos de pormenor e as unidades de execução: o procedimento da respetiva delimitação

2. Expropriações por utilidade pública: conceito, objeto, pressupostos de legitimidade, procedimento e garantias

3. A disciplina administrativa das operações urbanísticas de urbanização e edificação

3.1. Tipos de operações urbanísticas de urbanização e edificação

3.2. Os instrumentos de controlo: procedimentos de informação prévia, licenças, autorizações e comunicações prévias: âmbito e tramitação procedimental

3.3. Os atos administrativos no Direito do Urbanismo: a limitação dos direitos reais, a tendencial irrevogabilidade e a teleologia da igualdade entre destinatários nas mesmas circunstâncias

3.4. O regime material das operações urbanísticas

3.5. A garantia do existente

3.6. Direitos e garantias dos promotores de operações urbanísticas

3.7. A reposição da legalidade urbanística: embargos, demolições, cessação de utilização e legalização

3.8. Regime sancionatório

4. A disciplina da reabilitação urbana

IV. Os balanços que se impõem

1. O Direito do Urbanismo entre a planificação e a decisão administrativa individual e concreta

2. A disciplina urbanística como restrição ao direito de propriedade

3. Disciplina urbanística, escolhas políticas, liberdade e “disciplina do gosto”

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, António Duarte de, «O novo regime da execução dos planos territoriais: a alteração para além da alteração», in MONTEIRO, Cláudio / VALLE, Jaime / MIRANDA, João (coords.), *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 169-188.

ALMEIDA, José Mário Ferreira de, «Notas sobre o regime económico e financeiro do planeamento urbanístico», in MONTEIRO, Cláudio / VALLE, Jaime / MIRANDA, João (coords.), *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 221-238.

BASSO, Vilma, «O Código das Expropriações: aquisição por via do direito privado e “expropriação amigável”: breves notas e reflexões», in *Revista de Administração Local*, 2012: ano 35, n.º 248 (mar.-abr.), Lisboa, pp. 149-154.

BRENNER, Michael, *Öffentliches Baurecht*, 5.ª ed., München: C. H. Beck, 2009.

CALDEIRA, Marco, «Revisitando as nulidades urbanísticas, à luz do novo CPA», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review*, 2016: vol. 57, n.º 2, Lisboa, pp. 195-213.

CARVALHO, Jorge / OLIVEIRA, Fernanda Paula, *Classificação do solo no novo quadro legal*, Coimbra: Almedina, 2016.

CARVALHO, Jorge / OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Classificação e reclassificação do solo urbano no novo quadro legal», in *Questões Atuais de Direito Local*, 2015: n.º 8 (out.-dez.), Braga, pp. 19-36.

CARVALHO, Raquel, «As causas de nulidade dos atos de gestão urbanística: previsão multinível», in OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord.), *Ordenamento do território, urbanismo e cidades. Que rumo?, II*, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 151-172.

CARVALHO, Raquel, *Introdução ao direito do urbanismo*, 2.ª ed., Porto: Universidade Católica Editora, 2020.

CORREIA, Fernando Alves, «A expropriação de sacrifício: finalmente a sua consagração jurisprudencial: Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), processo 01597/06», in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, 2012: ano 142, n.º 3977 (nov.-dez.), pp. 132-155.

CORREIA, Fernando Alves, «A Nova Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo: alguns princípios fundamentais», in CEDOUA. *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente*, 2014: ano 17, n.º 34, Coimbra, pp. 9-21.

CORREIA, Fernando Alves, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, Coimbra: Almedina, 1989.

FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón, *Manual de derecho urbanístico*, 26.ª ed., Pamplona: Civitas, 2019.

FERREIRA, Rui Cardona, «Pressupostos da indemnização por expropriação do plano: Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte (1ª Secção), de 28.4.2017, P. 1831/07.6BEPRT», in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 2018: n.º 129 (mai.-jun.), Braga, pp. 57-71.

FINKELNBURG, Klaus / ORTLOFF, Karsten Michael / KMENT, Martin, *Öffentliches Baurecht, I: Bauplanungsrecht*, 7.ª ed., München: C. H. Beck, 2018.

FINKELNBURG, Klaus / ORTLOFF, Karsten Michael / OTTO, Christian-W., *Öffentliches Baurecht, II:*

Bauordnungsrecht, Nachbarschutz, Rechtsschutz, 7.ª ed., München: C. H. Beck, 2018.

FONSECA, Guilherme da, «A “expropriação por utilidade pública”, o poder político e a Constituição: breves nótulas», in *Revista do Ministério Público*, Lisboa, 2011: ano 32, n.º 126 (abr.-jun.), p.9-25.

FONSECA, José Vieira, «A Lei de Bases dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo é uma lei de bases das expropriações por utilidade pública?», in OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord.), *Ordenamento do território, urbanismo e cidades. Que rumo?*, I, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 195-228.

GALVÃO, Sofia de Sequeira, «A articulação entre os instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional e os instrumentos de gestão territorial», in SOUSA, Marcelo Rebelo de / PINTO, Eduardo Vera-Cruz (coords.), *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, II, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 813-835.

GALVÃO, Sofia de Sequeira, «Jus aedificandi, Natureza versus Proteção constitucional – equívocos reiterados: Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (1ª Secção) de 1.2.2001, P. 46825», in *Cadernos de justiça administrativa*, 2004: n.º 44 (mar.-abr.), Braga, pp. 12-16.

GALVÃO, Sofia de Sequeira, «Revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial: tópicos de uma primeira leitura», in MONTEIRO, Cláudio / VALLE, Jaime / MIRANDA, João (coords.), *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 21-37.

GIL, Ana Rita, «Regime jurídico das expropriações por utilidade pública», in CEBOLA, Cátia Marques / MENDES, Jorge Barros / FERRÃO, Marisa Caetano / ALMEIDA, Susana (coords.), *Direito do urbanismo e do ambiente: estudos compilados*, Lisboa: Quid Juris, 2010, pp. 205-237.

GOMES, Eurico, «Do território e seu ordenamento – uma concepção macroscópica: noção, objeto e distinções», in OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord.), *Ordenamento do território, urbanismo e cidades. Que rumo?*, I, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 41-64.

GUIMARÃES, Cristina, «Classificação e qualificação de solos: princípios e alguns casos práticos», in OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord.), *Ordenamento do território, urbanismo e cidades. Que rumo?*, I, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 251-272.

HOPPE, Werner / BÖNKER, Christian / GROTEFELS, Susan, *Öffentliches Baurecht. Raumordnungsrecht, Städtebaurecht, Bauordnungsrecht*, 5.ª ed., München: C. H. Beck, 2021.

LOPES, Dulce, «A comunicação prévia e os novos paradigmas de controlo administrativo da atividade privada», in *Direito Regional e Local*, 2011: n.º 14 (abr.-jun.), Braga, pp. 7-21.

LOPES, Dulce, «Contornos do turismo residencial em Portugal», in *Revista da Ordem dos Advogados*, 2018: ano 78, n.ºs 3-4 (jul.-dez.), pp. 609-625.

LOPES, Dulce, «Proporcionalidade, um instrumento fraco ou forte ao serviço do direito do urbanismo», in CORREIA, Fernando Alves / MACHADO, Jónatas E. M. / LOUREIRO, João Carlos (orgs.), *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, IV, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 307-333.

LOPES, Dulce, «Tutela administrativa e tutela da legalidade urbanística: que formas de conciliação?», in CEDOUA. *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente*, 2010: ano 13, n.º 26, Coimbra, pp. 81-97.

MIRANDA, João, *Estudos de direito do ordenamento do território e do urbanismo*, Lisboa: AAFDL

Editora, 2016.

MIRANDA, João / GUERREIRO, Sandra, «A proteção dos proprietários na alteração da licença de operação de loteamento à luz da mais recente modificação do RJUE», in *Questões Atuais de Direito Local*, 2015: n.º 5 (jan.-mar.), Braga, pp. 43-57.

MONTEIRO, Cláudio, «A garantia constitucional do direito de propriedade privada e o sacrifício de faculdades urbanísticas», in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 2012: n.º 91 (jan.-fev.), Braga, pp. 3-25.

MONTEIRO, Cláudio, «Urbanismo e interesses públicos diferenciados: o novo regime de consultas e entidades externas nos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas», in *Direito Regional e Local*, 2008: n.º 4 (out.-dez.), Braga, pp. 12-20.

MONTEIRO, Joana Pinto, «Reabilitação urbana: um olhar sobre o regime e seus benefícios», in OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord.), *Ordenamento do território, urbanismo e cidades. Que rumo?, II*, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 267-284.

NEVES, Maria José Castanheira, «A evolução e o regime atual da reserva ecológica nacional», in OLIVEIRA, Fernanda Paula / GONÇALVES, Adelino (coords.), *Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território – Estudos*, I, Coimbra: Almedina, 2012, pp. 435-460.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, *A discricionariedade de planeamento urbanístico municipal na dogmática geral da discricionariedade administrativa*, Coimbra: Almedina, 2011.

Oliveira, Fernanda Paula (coord.), *Atas do I Congresso de Direito do Urbanismo*, Coimbra: Almedina, 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord.), *Ordenamento do território, urbanismo e cidades. Que rumo?, 2 vols.*, Coimbra: Almedina, 2017.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «A nova configuração das comunicações prévias introduzida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro», in MONTEIRO, Cláudio / VALLE, Jaime / MIRANDA, João (coords.), *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 63-79.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «A responsabilidade da Administração perante o promotor da "operação inválida"», in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 2012: n.º 96 (nov.-dez.), Braga, pp. 3-14.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «A sucessão de planos urbanísticos no tempo», in GOMES, Carla Amado (org.), *V Encontro dos professores portugueses de direito público*, Lisboa: ICJP-FDUL, 2012, disponível em linha: https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_encontrodp_final2.pdf, pp. 105-121.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Algumas questões relativas aos programas enquanto instrumentos de gestão Territorial», in MONTEIRO, Cláudio / VALLE, Jaime / MIRANDA, João (coords.), *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 71-92.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Contraordenações urbanísticas: âmbito», in BRANDÃO, Ofélia Rocha/ COSTA, Luís (coords.), *Jornadas de direito das contraordenações*, Porto: Universidade Católica Editora, 2019, pp. 93-113.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Declaração de nulidade de ato administrativo e operações de

transformação fundiária: comentário ao parecer do Conselho Técnico do Instituto de Registos e Notariado», in CENOR. Cadernos do Centro de Estudos Notariais e Registrais, 2014: n.º 2, Coimbra, pp. 177-173.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, *Direito do urbanismo: do planeamento à gestão*, 3ª ed., Braga: AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, 2018.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, *Escritos práticos de direito do urbanismo*, Coimbra: Almedina, 2017.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Loteamentos urbanos e dinâmica de normas de planeamento: revisitado o tema a propósito do Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 33/2017», in *Revista de Direito Administrativo*, 2019: n.º 5 (mai.-ago.), Lisboa, pp. 13-32

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Medidas de reposição da legalidade urbanística: a demolição como uma exceção?», in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 2016: n.º 120 (nov.-dez.), Braga, pp. 3-17.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, *Notas e comentários à revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial de 2015*, Coimbra: Almedina, 2015.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, *Nulidades urbanísticas: casos e coisas*, Coimbra: Almedina, 2015.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «O artigo 35º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação», in *Questões Atuais de Direito Local*, 2015: n.º 5 (jan.-mar.), Braga, pp.131-140.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «O direito de edificar: dado ou simplesmente admitido pelo plano», in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 2004: n.º 43 (jan.-fev.), Braga, pp. 49-57.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «O direito dos solos na Lei nº 31/2014: lei de bases da política pública de solos de ordenamento do território e de urbanismo», in *Questões Atuais de Direito Local*, 2014: n.º 4 (out.-dez.), Braga, pp. 19-31.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «O montante da indemnização por expropriação: o caso do Parque da Cidade do Porto», in OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord), *O urbanismo, o ordenamento do território e os tribunais*, Coimbra: Almedina, pp. 663-716.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «O papel dos privados no planeamento: que formas de intervenção», in *Revista Jurídica do Urbanismo e Ambiente*, 2003: n.º 20 (dez.), pp. 43-79.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, *Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio): comentado*, Coimbra: Almedina, 2016.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Um caso “duvidoso” de transposição de um plano especial para um plano diretor municipal», in OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord.), *Ordenamento do território, urbanismo e cidades. Que rumo?*, I, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 311-326.

OLIVEIRA, Fernanda Paula / LOPES, Dulce, *As áreas urbanas de génese ilegal (AUGIs) no contexto da “política” de legalização*, Coimbra: Almedina, 2016.

OLIVEIRA, Fernanda Paula / LOPES, Dulce, «Mais um parecer “fora da caixa”? o parecer do ICNF no âmbito da nova redação do art. 16.º do SDFCI e os pareceres em função da localização do RJUE», in *Questões Atuais de Direito Local*, 2018: n.º 19 (jul.-set.), Braga, pp. 127-135.

OLIVEIRA, Fernanda Paula / LOPES, Dulce / NEVES, Maria José Castanheira, «Regulamentos municipais em matéria urbanística: perspetivas atuais», in *Questões Atuais de Direito Local*, 2016: n.º 10 (abr.-jun.), Braga, p.13-44.

OLIVEIRA, Fernanda Paula / NEVES, Maria José Castanheira / LOPES, Dulce, *Regime jurídico da*

urbanização e edificação: comentado, 4.^a ed., Coimbra: Almedina, 2016.

OLIVEIRA, Fernanda Paula / PASSINHAS, Sandra / LOPES, Dulce, *Alojamento local e uso de fracção autónoma*, Coimbra: Almedina, 2017.

OLIVEIRA, Mário Esteves, «O direito de propriedade e o “jus aedificandi” no direito português», in *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, 1995: n.º 3 (jun.), Coimbra, pp. 161-239.

PAGLIARI, Giorgio, *Manuale di diritto urbanistico*, Milano: Giuffrè, 2019.

PEREIRA, J. A. Teles, «A indemnização por expropriação. O caso especial do artigo 26.º, n.º 12 do Código das Expropriações de 1999 na Jurisprudência do Tribunal Constitucional», in *ANTUNES, Maria João (org.), Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, pp. 441-477.

PEREIRA, Ravi Afonso, «A constituição de servidão administrativa como “determinação do conteúdo e limites da propriedade”»: Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (2.º Juízo) de 29.9.2014, P. 2739/2007», in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 2015: n.º 111 (mai.-jun.), Braga, p.53-65.

PÉREZ, José Antonio Cerdeira, BLANCO, José María Domínguez Blanco (dirs.) / CERREDA, Marcos Almeida (coord.), *Cuestiones actuales de derecho urbanístico*, Cizur Menor: Thomson Reuters-Aranzadi, 2018.

RENAUDIE, Olivier, «Le grand Paris», in *Revue Française de Droit Administratif*, 2016: ano 32, n.º 3 (mai.-jun.), Paris, pp. 490-496.

RENDERS, David / GONTHIER, Emanuelle, «La règle d'urbanisme en Belgique», in *Revue Française de Droit Administratif*, 2016: ano 32, n.º 5 (set.-out.), Paris, pp. 882-886.

RICHTER, Paolo Stella, *I principi del diritto urbanistico*, 3.^a ed., Milano: Giuffrè, 2018.

SALVIA, Filippo / BEVILACQUA, Cristiano, *Manuale di diritto urbanistico*, 3.^a ed., Padova: CEDAM, 2017.

SERRÃO, Tiago / CALADO, Diogo, «RJUE e CPA: algumas interseções», in *OLIVEIRA, Fernanda Paula (coord.), Ordenamento do território, urbanismo e cidades. Que rumo?, II*, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 189-214.

SCHMIDT-ARMANN, Eberhard, *Besonderes Verwaltungsrecht*, 15.^a ed., Berlin: De Gruyter, 2013, pp. 435-550.

STOLLMANN, Frank, *Öffentliches Baurecht*, 12.^a ed., München: C. H. Beck, 2020.

TANQUEREL, Thierry, «La règle d'urbanisme en Suisse», in *Revue Française de Droit Administratif*, 2016: ano 32, n.º 5 (set.-out.), Paris, pp. 898-901.